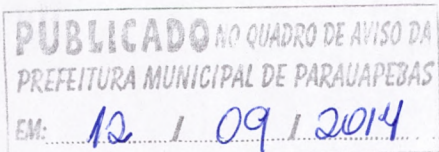




**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**LEI Nº 4.581, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.**



**CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO  
MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS**, ESTADO DO PARÁ, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL A PREVISTA NO ARTIGO 53, VII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica criado o Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional de Parauapebas, Estado do Pará, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de apoiar, com recursos financeiros, a realização de trabalhos, pesquisas e projetos voltados ao desenvolvimento da segurança alimentar e do combate à fome.

**Art. 2º** O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Parauapebas será constituído pelos seguintes recursos:

- I – doações de pessoas físicas e jurídicas;
- II – dotações orçamentárias que forem consignadas no orçamento anual do Município, do Estado e da União;
- III – repasses federais e estaduais;
- IV – outras receitas, oriundas de rendas eventuais, provenientes de festas, promoções, campanhas, rendimentos de depósitos, aplicações no mercado financeiro, permitidas em lei, dentre outras fontes.

**Art. 3º** Os recursos do Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional de Parauapebas serão aplicados nas seguintes finalidades:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços que visem promover a Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais;

II - aquisições de materiais permanentes e de consumo, bem como outros insumos necessários ao funcionamento de programas sociais em segurança alimentar e nutricional;

III - locação de imóveis destinados à prestação de serviços ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas;

IV - desenvolvimento de eventos, pesquisas e estudos sobre temas destinados a subsidiar a formulação de diretrizes vinculadas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

V - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, que atuem nos planos, programas e projetos voltados a Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - Despesas com a administração e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável-**COMSEANS**.

**Parágrafo único.** Somente farão jus à utilização de recursos do Fundo as entidades cadastradas e credenciadas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - **COMSEANS**.

**Art. 4º** Todas as receitas serão obrigatoriamente depositadas em Conta Especial, aberta para este fim junto a Caixa Econômica Federal, podendo ser abertas novas contas, caso necessário.

**Art. 5º** A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas será gerida e administrada por um Conselho Diretor composto por 07 (sete) membros, conforme segue:

I - Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal;

II - Secretário(a) Municipal de Assistência Social do Município;

III - Secretário(a) de Fazenda do Município;

IV - Secretário(a) Municipal de Saúde do Município;

V - 3 (três) representantes indicados pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas, dentre seus membros.

**§ 1º** A presidência do Conselho Diretor será exercida pelo membro escolhido pelo Prefeito Municipal, dentre os elencados nos incisos anteriores.

**§ 2º** Os membros enumerados nos incisos I a IV exercerão seus mandatos enquanto titulares de seus respectivos cargos.

**§ 3º** Os membros indicados no inciso V exercerão seu mandato enquanto perdurar a indicação.

**§ 4º** As funções de membro do Conselho Diretor serão exercidas a título gratuito e consideradas de relevância para o Município.

**Art. 6º** O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente a cada três meses ou, extraordinariamente, quando convocado por qualquer de seus membros.

**§ 1º** As reuniões realizar-se-ão com a presença de pelo menos 5 (cinco) de seus membros e as deliberações serão tomadas mediante votação de maioria simples.

**§ 2º** Em caso de empate nas votações, caberá ao presidente o voto de qualidade.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**Art. 7º** A gestão do Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas será fiscalizada por um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros, conforme segue:

I - um representante indicado pelo Prefeito Municipal;

II - um representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas;

III - um representante eleito oriundo de entidade civil organizada com atuação relevante no âmbito da segurança alimentar e nutricional;

**§ 1º** Todos os membros terão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução.

**§ 2º** Os membros enumerados nos incisos II a III serão indicados pelos respectivos órgãos representados.

**§ 3º** A função de membro do Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas será exercida gratuitamente e considerada serviço público relevante.

**Art. 8º** Compete ao Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Parauapebas analisar e aprovar as prestações de contas, balancetes, balanços e demais demonstrativos econômico-financeiros referentes à movimentação dos recursos do Fundo.

**Art. 9º** O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Parauapebas terá dotações orçamentárias previstas em Lei, necessárias para a efetiva concretização dos objetivos propostos.

**Art. 10** O regimento interno do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será criado por meio de decreto.

**Art. 11** Na hipótese de extinção do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Parauapebas, o saldo da conta bancária específica e seus bens passarão a integrar o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

**Art. 12** A presente Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal no prazo de 90 dias a partir de sua publicação.

**Art. 13** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas-PA, 12 de setembro de 2014.

**VALMIR QUEIROZ MARIANO**  
Prefeito Municipal